

## O OLHAR DAS PROFESSORAS NEGRAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: MEMÓRIAS, CORPO E RESISTÊNCIA

Rosilda Campelo dos Santos  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
Pedagogarosilda12@gmail.com

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida.  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
zeneidecma@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado, fruto do recorte da minha dissertação defendida na PUC Goiás em 2019, sob orientação da Dra. Professora Maria Zeneide Carneiro Magalhães, propõe uma reflexão profunda sobre como as trajetórias de professoras negras são marcadas por um "racismo institucional" que silencia, mas também por uma resistência que ressignifica a trajetória escolar e o currículo. A educação escolar não é uma instituição neutra; ela é permeada por relações de poder onde a cultura é um território contestado. Historicamente, a escola brasileira foi forjada sob a égide de um projeto de nação que buscava a homogeneização, operando como um instrumento de assimilação à cultura eurocêntrica dominante e de apagamento das matrizes africanas e indígenas. Falar sobre educação antirracista e a implementação da Lei 10.639/03 exige, portanto, confrontar as mentalidades projetadas em parâmetros ocidentais capitalistas que negam a alteridade. A escola, enquanto aparelho ideológico de Estado, muitas vezes atua na manutenção do *status quo*, legitimando saberes brancos enquanto marginaliza o corpo e a voz negra. Neste sentido, as vozes das professoras marcam essa trajetória de desigualdades.

### 2. O Mito da Democracia Racial e a Branquitude Normativa

O pilar de sustentação do racismo brasileiro, e conseqüentemente do sistema educacional, é o chamado Mito da Democracia Racial. Esta ideologia, difundida a partir de uma leitura romântica das relações sociais no Brasil, sustenta que vivemos em uma harmonia racial plena, onde as oportunidades seriam iguais para todos, independentemente da cor da pele. No entanto, essa narrativa serve como uma cortina de fumaça que invisibiliza as profundas desigualdades estruturais. Como bem assevera Nascimento:

"O mito da democracia racial foi criado para desarmar o negro em sua luta contra a discriminação, para impedir que ele se organizasse politicamente e para manter a hegemonia branca sob a capa de uma pretensa igualdade que, na prática, nunca existiu." (NASCIMENTO, 2016, p. 54).



Ao transpor essa realidade para o ambiente escolar, percebemos que o mito opera no silenciamento dos conflitos. Quando um episódio de racismo ocorre no pátio ou na sala de aula, a tendência institucional é tratá-lo como um "desentendimento entre crianças" ou um "fato isolado", negando a carga histórica e sistemática da agressão. A escola brasileira, ao se pretender daltônica, acaba por reforçar o privilégio da branquitude, estabelecendo o padrão eurocêntrico como o universal e o corpo negro como o "outro", o exótico ou o problemático.

### 3. O Currículo Real e as Experiências de Exclusão

O currículo escolar não deve ser compreendido apenas como uma grade de disciplinas ou um conjunto de conteúdos programáticos. Como postula Sacristán (1995), o "currículo real" é aquele que se materializa na complexidade do cotidiano escolar, nas interações, nos gestos e nas omissões. Para as professoras negras, o ato de lecionar e a própria memória de escolarização são atravessados por um currículo que, embora se pretenda universal, é profundamente seletivo e excludente. A escola, em sua ideologia organizativa, opera sob uma lógica de monoculturalidade, privilegiando a matriz de conhecimento europeia. Quando a história e a cultura africana e afro-brasileira são inseridas de forma pontual, ocorre a "folclorização". O currículo real acaba por apresentar a cultura negra de forma estereotipada ou restrita à escravidão, gerando o que Silva (2010) define como a produção de identidades sociais de subalternidade.

Nesse contexto, o "currículo oculto" transmite mensagens silenciosas através das atitudes docentes e da valorização estética de certos corpos. As memórias das entrevistadas revelam que a escola brasileira ensina que o corpo negro é um "corpo fora do lugar" em espaços de prestígio. Propomos aqui uma ruptura com essa lógica colonial em direção a uma "ecologia de saberes", como sugere Santos (2006). Para as professoras negras, a resistência no currículo real manifesta-se no ato de centralizar as filosofias e tecnologias produzidas pela diáspora negra, combatendo o epistemicídio histórico.

### 4. As Memórias de Docentes Negras e os Desafios da Lei 10.639/03

As memórias de formação das docentes entrevistadas nesta pesquisa desvelam a face perversa do racismo sistêmico que estrutura a infância e reverbera na trajetória profissional, evidenciando o abismo existente entre a prescrição legal e a práxis pedagógica. Ao recordar o "asco" sentido por sua professora ao abraçá-la aos seis anos, Josefa ilustra o que Costa (2004) define como "golpe na cena pública": uma humilhação social que configura a interdição do afeto e a animalização do corpo negro desde os primeiros processos de socialização. Essa rejeição corporal é indissociável do impedimento ao acesso ao simbólico, conforme evidenciado no relato de Isaura sobre a exclusão dos teatros escolares — "o palco não é para o negro" —, o que ratifica a manutenção histórica de corpos negros na invisibilidade. Tais vivências traumáticas demonstram que a escola frequentemente opera na contramão da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira como instrumento de reparação.



A despeito da ascensão dessas mulheres à cátedra, o preconceito sofre mutações para formas de racismo institucional. O relato de Josefa (nome fictício), ao ser preterida em uma instituição privada sob o pretexto de que os alunos teriam "medo de sua cor", e a denúncia de Mariele sobre o silenciamento em reuniões de planejamento, revelam a deslegitimação da competência intelectual da mulher negra, cuja autoridade é obliterada pelo fenótipo. Essa realidade expõe a fragilidade da implementação da Lei 10.639/03, reduzida muitas vezes a eventos protocolares em novembro. A persistência de ofensas agressivas em pleno século XXI demonstra que o texto legal é insuficiente para desestruturar as subjetividades racistas sem uma reforma na formação de professores. Segundo Gonçalves e Silva (2011), a educação para as relações étnico-raciais exige uma mudança de postura ética e política, voltada à desconstrução do imaginário de superioridade branca. A efetivação da lei requer que a formação seja a base de um currículo crítico que obrigue o docente a confrontar seus privilégios e a "tirar a venda dos olhos".

## 5. Conclusões

A análise das trajetórias dessas professoras negras revela que a escola brasileira, em sua estrutura secular, opera como uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo que reforça o preconceito e perpetua o racismo institucional, ela emerge como um território potente de resistência, ressignificação e superação. As memórias de Josefa, Isaura e Mariele não são apenas relatos de dor; são testemunhos de uma "reexistência" que desafia a lógica da subalternidade imposta pelo projeto colonial. A construção da identidade negra no ambiente escolar exige, portanto, um movimento consciente de "assumir-se" com orgulho, o que implica em romper definitivamente com o silenciamento histórico e com o sequestro da subjetividade.

Entende-se que educar para as relações étnico-raciais não pode ser uma tarefa delegada exclusivamente aos profissionais negros. Pelo contrário, trata-se de um dever ético, político e pedagógico de todos os educadores, independentemente de seu pertencimento racial. A branquitude, enquanto lugar de privilégio, precisa ser problematizada para que o compromisso com a Lei 10.639/03 deixe de ser uma burocracia calendária e se torne uma prática cotidiana. É imperativo que a instituição escolar crie condições estruturais e simbólicas para que o aluno negro não seja apenas "tolerado" — conceito este que ainda carrega a marca da hierarquia —, mas plenamente valorizado em sua humanidade, beleza e ancestralidade.

A resistência dessas professoras, que transformam o "golpe na cena pública" em ferramenta pedagógica, aponta o caminho para uma escola que se pretenda verdadeiramente democrática. Como sinaliza Paulo Freire, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. No caso da questão racial, essa transformação passa pela descolonização dos afetos e do currículo. A escola deve ser o lugar onde o "palco", antes negado a Isaura, seja o espaço de todos. Somente através de uma prática pedagógica que confronte o mito da democracia racial e valorize o corpo negro como produtor de conhecimento, poderemos vislumbrar uma educação que seja, acima de tudo, um exercício de liberdade e de justiça social.



Este trabalho reafirma que a prática do empoderamento não é um destino, mas um processo contínuo de cura e de afirmação política. Que as vozes aqui registradas sirvam de eco para que outros docentes tirem a "venda dos olhos" e assumam a responsabilidade de construir uma sala de aula onde nenhum corpo seja alvo de "asco", mas sim de reconhecimento e de dignidade.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

